

Contenha-se, se for capaz

MIRNA FEITOZA PEREIRA

O instinto da linguagem. Como a mente cria a linguagem de Steven Pinker (trad. Claudia Berliner; revisão técnica Cynthia Levart Zocca). São Paulo, Martins Fontes, 2002, 627 p.

Resumo Em *O Instinto da Linguagem*, Steven Pinker discorre sobre sua célebre tese: a linguagem não é a mais prodigiosa invenção cultural humana. Ela é uma peça da constituição biológica do cérebro. A linguagem é uma habilidade complexa e especializada, que se desenvolve espontaneamente na criança, sem qualquer esforço consciente ou instrução formal, que se manifesta sem que se perceba sua lógica subjacente, que é qualitativamente a mesma em todo indivíduo, e que difere de capacidades mais gerais de processamento de informações ou de comportamento inteligente. Para Pinker, a concepção de linguagem como um tipo de instinto transmite a idéia de que as pessoas sabem falar mais ou menos da mesma maneira que as aranhas sabem tecer suas teias. Ele apóia suas idéias em Darwin e Chomsky.

Palavras-chave linguagem, gramática universal, evolução

Abstract In *Language Instinct*, Steven Pinker argues about his famous thesis: language is not the most prodigious human cultural invention. It is a distinct piece of the biological constitution of the brain. Language is a complex, specialized skill, which develops spontaneously in the child, without conscious effort or formal instruction. It reveals itself without awareness of its underlying logic, which is qualitatively the same in every individual, and which is distinct from more general abilities of information processing of intelligent behavior. According to Pinker, the conception of language as a kind of

instinct conveys the idea that people know how to talk in more or less the same way as spiders know how to spin webs. His thesis is founded in Darwin and Chomsky's theories.

Keywords language, universal grammar, evolution

Se este volume já era obrigatório para quem se dedica ao estudo da linguagem, não há mais desculpas para adiar a leitura — pelo menos entre os leitores de língua portuguesa. *The Language Instinct*, de Steven Pinker (1994), está disponível nas livrarias com tradução da Martins Fontes. É o caso de encomendar seu exemplar imediatamente. Só não desanime quando vir o tamanho do volume (a edição brasileira ficou com 627 páginas!). Este é um daqueles livros que você não sossega enquanto não termina a última página e fica meio desolado quando chega ao fim, pelo simples fato de a aventura ter acabado. Embora pulsante como ficção, trata-se de um livro científico. É nele que Pinker discorre sobre sua intrigante tese: a linguagem não é a mais prodigiosa invenção cultural humana, aquilo que nos difere definitivamente dos peludos primatas. Ela é instinto, herança biológica inata e universal inscrita no DNA da espécie que evoluiu através dos tempos.

É de provocar calafrios nos deterministas da cultura, mas este psicolinguísta canadense não está para brincadeiras. Ele quer mesmo demonstrar que fomos projetados pela natureza para produzir linguagem, assim como as aranhas para fazer teias, os passarinhos para cantar e os cachorros para latir. Sua defesa inclui até a existência de um gene da gramática: defeitos nesse gene poderiam prejudicar seriamente a gramática do falante, como mostra com relatos de pesquisa no capítulo *“Órgãos da linguagem e genes da gramática”* (p. 379-424). Diretor do Centro de Neurociência Cognitiva do MIT, Steven Pinker se apóia em duas teses igualmente incendiárias: a teoria da seleção natural de Darwin e a da gramática universal de Chomsky. É possível que neste momento alguns leitores estejam torcendo o nariz só de saber que, para ler Pinker, terão de encarar as idéias desses dois polêmicos autores. Mesmo que você esteja entre esses leitores, não desista do livro. No mínimo, será uma chance de aprender como aproveitar as idéias de autores antagônicos em favor de sua tese.

Ora, pois, quem conhece Chomsky sabe que ele sempre resistiu à idéia de que o suposto órgão da linguagem a que ele se refere pudesse ser resultado da teoria da seleção natural. Só que Pinker não se conforma com isso. Às vezes, parece mesmo que ele escreveu o livro só para convencer Chomsky de seu “erro”, afinal, o linguísta

só teria a ganhar, acredita Pinker, se fundamentasse sua tese em Darwin, em vez de ficar confundindo os *“leitores com seu ceticismo quanto à possibilidade de a seleção natural darwiniana poder explicar as origens do órgão da linguagem”* (p. 17). Exemplo do ceticismo de Chomsky: *“É possível falar do problema [da evolução da linguagem] hoje em dia? Na verdade, pouco se sabe a respeito. A teoria da evolução é muito ilustrativa sobre muitas coisas, mas tem pouco a dizer, até agora, sobre questões desta natureza”*, diz o lingüista (em citação na p. 456), ao que o psicolingüista retruca: *“O que será que ele quer dizer? Poderia haver um órgão da linguagem que evoluiu segundo um processo diferente daquele que sempre nos disseram ser responsável por outros órgãos?”* (p. 456-457).

Desavenças à parte, Pinker é profundamente influenciado por Chomsky. Foi com ele que aprendeu tudo o que sabe sobre linguagem. Bem, com esta deixa, imagino que o leitor de semiótica já deva ter sacado tudo: sim, Pinker se refere exclusivamente à linguagem verbal, precisamente à fala. Não que ele tenha delimitado seu objeto de estudo a ela: com exceção dos sistemas de sinais usados pelos surdos-mudos, ele não se reporta a nenhum outro tipo de “linguagem artificial”, que uso aqui entre aspas só para não perder a oportunidade de lembrar da velha e caduca discussão da supremacia da “linguagem natural”, que continua provocando muita confusão, inclusive entre os cientistas cognitivos, como veremos.

Também devo adverti-lo: uma das idéias fundamentais de Pinker não faz o menor sentido nem para semioticistas nem para lingüistas, é certo que não exatamente pelos mesmos motivos. Para Steven Pinker, linguagem é diferente de pensamento. Só que é justamente quando se dedica a demonstrar as razões dessa “diferença” que o autor mais contribui para as teses da semiótica: linguagem não só é pensamento, como não há pensamento sem signos, e linguagem é muito mais que codificação verbal. É claro que ele não diz isso, mas vamos por partes. Das páginas 59 a 94, o psicolingüista expõe a tese do “mentalês”, espécie de língua do pensamento ou *“representação de conceitos e proposições na qual se assentam as idéias, inclusive os significados das palavras e das frases”*, como vem definido no generoso glossário de conceitos-chave que Pinker apresenta no fim do livro (p. 611).

O mentalês, idéia desenvolvida anteriormente na teoria da modularidade da mente de J. A. Fodor (1975)¹, é um meio de comunicação silencioso do cérebro. Ele só se reveste de palavras quando o falante quer expressar algo a alguém, sendo que as palavras sempre ficam em débito com a língua do pensamento. *“Todos já tivemos a experiência de enunciar ou escrever uma frase, parar e perceber que não era*

1. Conforme Lucia Santaella demonstra em *Matrizes da linguagem e pensamento...* (2001; p. 63).

exatamente o que queríamos dizer. Para que haja esse sentimento, é preciso haver um 'o que queríamos dizer' diferente do que dissemos" (p. 62). Entre outras coisas, esse "o que queríamos dizer" revela o *gap* entre as palavras e o pensamento. Elementar, diria um semioticista. Só que não é possível concluir, a partir disso, que pensamento e linguagem não compartilham da mesma natureza, afinal, se é verdade que não existe pensamento sem signos, a ele obrigatoriamente subjaz uma linguagem. Então por que Pinker insiste em provar que pensamento e linguagem são diferentes?

Há que se considerar que se trata de um cientista cognitivo com formação em lingüística, o que não diminui em nada seu pensamento. Aliás, se há algo de que Pinker soube tirar proveito nesta vida foi de seus conhecimentos lingüísticos. Seu livro é um belo exemplo do quanto às ciências cognitivas devem aos avanços da lingüística. Como ele bem lembra, "*a ciência começou a decifrar o maravilhoso código que nossos cérebros usam para transmitir pensamentos complexos por meio de palavras e de seu ordenamento*" (p. 148). Só que, ao usar o instrumental de uma disciplina, mais cedo ou mais tarde esbarramos em seus limites, e é justamente quando aparecem os limites lingüísticos que a semiótica talvez mais possa contribuir com os estudos da cognição.

Que me perdoe o fã-clube (do qual também sou associada), mas o deslize de Pinker neste livro revela exatamente um dos problemas mais freqüentes dos estudos da cognição: a concepção de linguagem utilizada pelos cientistas cognitivos, cujo parâmetro de observação predominante continua sendo a estrutura da língua. Pinker se esforça para fugir do determinismo lingüístico, e dá um passo importante para isso, mas, no fim, acaba voltando para o mesmo lugar. Essa sensação se manifesta quando percorremos seu raciocínio para diferenciar pensamento e linguagem, usando, para isso, a poderosa tese do mentalês. Pode parecer contraditório, mas tudo o que ele quer é se livrar da herança lingüística que legou ao pensamento a determinação da "linguagem", isto é, das palavras.

Na qualidade de cientista cognitivo posso me dar o direito de ser presunçoso e afirmar que o senso comum está certo (o pensamento é diferente da linguagem) e que o determinismo lingüístico é um absurdo convencional. Isso porque hoje dispomos de dois conjuntos de ferramentas que ajudam a pensar com clareza esse problema como um todo. Um deles é um corpo de estudos experimentais que rompem a barreira da palavra e dão acesso a vários tipos de pensamento não-verbal. O outro é uma teoria sobre o funcionamento do pensamento que formula as questões de uma maneira satisfatoriamente precisa. (p. 75)

Bem, parte do corpo de estudos a que Pinker se refere é relatado no livro: pesquisas que demonstram que pessoas destituídas da "linguagem" (leia-se: da fala) se

viram plenamente sem ela. Quanto à teoria satisfatória sobre o funcionamento do pensamento, ele esqueceu de dizer o nome (parece ter esquecido mesmo, pois não se trata de um autor de meias-palavras). De qualquer modo, toda a argumentação de Pinker para diferenciar “o” pensamento “da” linguagem — lembre-se de que linguagem, para ele, é língua — e posteriormente para descrever como a linguagem funciona no cérebro gira em torno da gramática gerativa de Chomsky, segundo a qual, os processos cerebrais que produzem a língua/linguagem agem como um sistema combinatório discreto, isto é, fazem uso infinito de meios finitos ao construir um conjunto ilimitado de frases a partir de um número finito de palavras. É assim que a linguagem/língua funciona: *“O cérebro de cada pessoa contém um léxico de palavras e os conceitos que elas representam (um dicionário mental), e um conjunto de regras que combina as palavras para transmitir relações entre conceitos (uma gramática mental)”* (p. 98). Pode-se dizer ainda que *“um número finito de elementos discretos (neste caso, palavras) é selecionado, combinado e permutado para criar estruturas maiores (neste caso, sentenças) com propriedades bastante distintas das de seus elementos”* (p. 97).

Brilhante! Mas volta para o determinismo da estrutura da língua sobre o pensamento. E se o mentalês fosse capaz de transcodificar não apenas pensamentos em palavras, mas em todos os tipos de linguagem de que a espécie é capaz? E se existissem na natureza e nas manifestações da cultura processos semelhantes aos que se passam no cérebro para produzir a língua, de modo que fosse possível identificar esses movimentos como linguagem/pensamento?

É possível que alguém diga: “lá vêm os ‘semi-óticos’ com essa mania de enxergar signos em tudo...”. Tudo bem, mas imagino que deva ser para avançar nesse tipo de questão que a semiótica deve tirar proveito da relação com as ciências cognitivas, a não ser que estejamos dispostos a perder a oportunidade de demonstrar, fora dos limites da disciplina, a tese de que processamento de signos é pensamento e que a ação da semiose revela, sim, ordenamento de linguagem (só para reforçar, o termo “linguagem” é usado neste parágrafo no sentido semiótico, isto é, como organização de signos, não importando de que espécie eles forem).

Outro argumento importante da tese de Pinker: como a linguagem é instinto, as crianças já vêm a este mundo com a arquitetura básica do mentalês. Para aprender a falar, seja em que língua for, basta a elas desenvolver as partes que faltam ao seu arcabouço lógico mental inato, o que ocorre rapidamente no convívio com os pais. Não que as crianças imitem a fala deles. Seguindo a teoria de Pinker, não é assim que funciona. Como os exemplares da espécie já nascem equipados com a gramática mental, os pequenos aprendem a falar porque são capazes de fazer ge-

neralizações a partir da fala dos pais, identificando fonemas, palavras e sintagmas nominais e verbais até o ponto de conseguirem emitir sentenças inteiras! E os exercícios especulativos se iniciam muito cedo. Quando balbucia, o bebê não está simplesmente brincando com sons que saem de sua boca. Ele está treinando que músculo mexer e em que sentido para obter que mudança no som que produz (p. 338), o que mais tarde o ajudará a formar os fonemas. *“Os bebês têm de escutar a si mesmos para aprender como funcionam seus articuladores, e têm de escutar os pais mais velhos para aprender a ordem habitual de fonemas, palavras e sintagmas”* (p. 367). Outra maravilhosa descoberta: quando os pais de bebês deficientes auditivos usam a linguagem dos sinais com seus filhos, os pequenos acabam balbuciano, no tempo previsto, com as mãos! (p. 338).

Por considerar “um tanto arbitrário”, Pinker não divide o aprendizado da fala em fases, mas, se o fizesse, diz que seria assim: Balbucio de Sílabas, Balbucio Tagarela, Estágio de Uma Palavra e Estágio Telegráfico (seqüência de duas palavras), fases que se passam entre o primeiro e o segundo anos. A fase seguinte teria de ser chamada Grande Explosão, pois, entre o final do segundo ano e o início do terceiro, a linguagem da criança se torna uma “conversa gramatical fluente” e se desenvolve rapidamente. Em suma: para ele, crianças de três anos são gênios gramaticais: *“A criança de três anos é um gênio gramatical — domina a maioria das construções, é bem mais fiel que infiel às regras, respeita os universais da linguagem, erra de maneira sensata como se fosse um adulto, ao mesmo tempo que evita vários tipos de erros* (p. 352).

Os exemplos de Pinker para demonstrar os usos que a criança faz de sua gramática mental partem do complexo instrumental lingüístico de Chomsky, mas não se preocupe: além de os exemplos usados estarem (quase todos) traduzidos, a revisão técnica dá uma ajuda e tanto. Você verá que Pinker se refere a toda hora a Chomsky, mas seu verdadeiro guru é Darwin. Digamos que ele use as idéias do lingüista apenas para demonstrar a tese do biólogo.

Tudo o que Pinker mais deseja é convencer os leitores de que a linguagem humana também evoluiu do processo da seleção natural, o que ele faz mais sistematicamente a partir da segunda metade do livro. É claro que demonstrar e defender uma tese não significa exatamente comprová-la. O próprio Pinker admite que ainda há um longo caminho a percorrer, pois, a verdade é que se sabe pouco sobre como o instinto da linguagem (língua!) teria evoluído. A própria aceitação da tese de que a língua é produto da seleção natural é pra lá de controversa.

A contradição é mais ou menos a seguinte: por que raios temos habilidades lingüísticas e nossos vizinhos mais próximos na escala da evolução, os chimpanzês,

não? A teoria da seleção natural não explica que sistemas biológicos complexos surjam da gradual acumulação ao longo de muitas gerações de mutações genéticas aleatórias que conseguiram se reproduzir?

Vou resumir primeiro a resposta anedótica de Pinker: e quem disse que não existiram outros organismos com habilidades lingüísticas antes de nós e dos chimpanzés? Pode ser que um raio tenha caído do céu e dizimado nossos falantes ancestrais. Agora vou tentar resenhar a resposta séria. Embora muita gente ache que sim, a evolução não é uma escada, mas uma touceira cheia de ramos, de modo que *“os organismos que encontramos à nossa volta são primos distantes e não bisavós; são umas poucas pontas de galhozinhos de uma enorme árvore cujos ramos e tronco não mais se encontram entre nós”* (p. 441).

Alguém pode estar lembrando de que há muitas pesquisas que comprovam que os chimpanzés possuem, sim, dotes lingüísticos! É claro que Pinker conhece todas essas pesquisas, só que não acredita em seus argumentos, pelo mesmo motivo exposto, muito simploriamente, acima: as espécies sobreviventes são ramos derivados de troncos comuns já extintos, além do mais,

(...) é improvável que um macaco ancestral que nada mais faz que assobiar e grunhir tenha gerado um bebê que pudesse aprender inglês ou kivunjo. Mas nem teria de fazê-lo; houve uma cadeia de milhões de gerações de netos em que tais habilidades puderam florescer gradualmente. Para determinar quando realmente a linguagem começou, temos de olhar para pessoas, olhar para animais, e perceber o que vemos; não podemos usar a idéia da continuidade entre espécies para decidir sobre a resposta sentados numa poltrona (p. 445).

Pode se sacudir na poltrona, mas o fato é que só sobrou a gente pra contar (e contestar!) a história. Pelo menos por meio das palavras. Agora imagine se Steven Pinker, este evolucionista radical, que é um dos cientistas da cognição mais respeitados na pesquisa sobre o desenvolvimento da linguagem na criança, atentar para a possibilidade de existirem processos semelhantes aos da linguagem/pensamento espalhados por todos os cantos do planeta? Bem, como já disse, esta me parece ser a contribuição mais importante que a semiótica pode dar aos estudos da cognição. Talvez seguir a trilha dos signos saídos da cabeça de Pinker dê samba.

MIRNA FEITOZA PEREIRA é jornalista e doutoranda no PEPG em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, onde investiga a interface da criança com as linguagens eletrônicas.
pfmirna@uol.com.br